



DISCIPLINA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ARRANJOS E ANÁLISES JURÍDICO-INSTITUCIONAIS
NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

SEMESTRE DE OFERTA

2026/2

PÚBLICO-ALVO

TURMA X MESTRADO, PPGDP-UFG

TURMA I DOUTORADO, PPGDP-UFG

VERSÃO PRELIMINAR

17 de agosto de 2026

DOCENTES

Profa. Dra. Aline Sueli de Salles Santos, PPGDP-UFG

Prof. Dr. José Osório do Nascimento Neto, PPGDP-UFG

Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes, PPGDP-UFG

PARTICIPANTES EXTERNOS

Não aplicável

COLABORAÇÕES

Não aplicável

EMENTA

Estado, Governo e Administração: aproximações e interações com a categoria políticas públicas; Modelos de gestão pública e histórico das transformações da Administração Pública brasileira; Normatividade legal e regulatória em políticas públicas; Regulação, legalidade e escolhas públicas (I): abordagem jurídico-normativa; Regulação, legalidade e escolhas públicas (II): abordagem econômico-comportamental; Planejamento e escolhas públicas: instrumentos de direito financeiro e análises de impacto (regulatório e legislativo); Federalismo de cooperação, competências e capacidades institucionais; Governança pública (I): fundamentos e concepções; Governança pública (II): accountability, transparência e democratização; Articulação e concertação administrativa: experiências, fundamentos teóricos e jurídico-normativos; arranjos jurídicos colaborativos: experiências interfederativas e interorgânicas.

BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de administração pública, v. 41, p. 67-86, 2007.

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: BERCOVICI, Gilberto; CARDOSO JUNIOR, José Celso. Estado, instituições e democracia: república. Livro 10, volume 1. Brasília: IPEA, 2013, cap. 5, p. 129-163.

BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janriê Rodrigues. Paradoxos do federalismo: uma observação pragmático-sistêmica. Revista de Direito Administrativo e Constitucional - A&C, ano 23, n. 49, jul./ set. 2012, p. 151- 176.



- BONIFÁCIO, Robert; MOTTA, Fabrício Macedo. Monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil: abordagem conceitual e trajetória de desenvolvimento jurídico e institucional. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 340-371, maio/ago. 2021.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In ____ (org.) Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico, São Paulo: Saraiva, 2006.
- CAPANO, Gilbert, HOWLETT, Michael, RAMESH, Michael. Re-thinking Governance in Public Policy: Dynamics, Strategy and Capacities. In: CAPANO, G.; HOWLETT, M.; RAMESH, M. (Eds.). Varieties of Governance: Dynamics, Strategies, Capacities. London: Palgrave. Macmillan, 2015.
- CAVALCANTE, P.; PIRES, R. Governança pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 19, 2018.
- CHEVALLIER, Jacques. A governança e o direito. Revista de Direito Público da Economia RDPE, Belo Horizonte, ano 3, n. 12, p. 129-146, out./dez. 2005.
- FALCÃO, Humberto Martins; MARINI, Caio. Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. Revista do TCU, Brasília, edição no 130, 2014, p. 42-53.
- GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos do Brasil para promover capacidades estatais municipais. Revista do Serviço Público, v. 69, 14 dez. 2018, p. 85 - 122.
- MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Finalidades e Fundamentos da Moderna Regulação Econômica, Fórum Administrativo, volume 100, 2009, páginas 85 a 93.
- MENEGUIN, Fernando B. e ÁVILA, Flávia. Economia comportamental aplicada a políticas públicas. in ÁVILA, Flavia e BIANCHI, Ana Maria. Guia de economia comportamental e experimental. Tradução Laura Teixeira Motta e Paulo Futagawa. São Paulo: Economia Comportamental.org, 2015, p. 209-219.
- MODESTO, Paulo. Autovinculação convencional da administração pública: o contrato de gestão no interior da administração pública brasileira. Revista internacional de Contratos Públicos, n.1, p.1-41, fev./2013. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=563>.
- MOTTA, Fabrício; O paradigma da legalidade e o direito administrativo. In: DI PIETRO, Maria Sylvia (Org.). Supremacia do interesse público e outros temas relevantes do Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2010, p. 197-229.
- NETO, Eurico Bitencourt. Concertação administrativa interorgânica: direito administrativo e organização no século XXI. Lisboa: Almedina 2017, p.209- 308.
- OTERO, Paulo. Legalidade e administração pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade. Coimbra: Almedina, 2003 (p.45-90 e 137-192).
- SABEL, Charles F.; SIMON, William H. Minimalism and experimentalism in the administrative state. Geo. LJ, v. 100, p. 53, 2011.

CRONOGRAMA

AULA	DATA	PROFESSOR(A)	MODALIDADE
1	20/08/2026	Osório	Presencial
2	27/08/2026	Aline Salles	Online
3	03/09/2026	Osório	Online
4	10/09/2026	Aline Salles	Online
5	17/09/2026	Aline Salles	Online
6	24/09/2026	Aline Salles	Online
7	01/10/2026	Osório	Presencial



8	08/10/2026	Aline Salles	Online
9	15/10/2026	Osório	Presencial
10	22/10/2026	Júlia Ximenes	Online - noite
11	29/10/2026	Osório	Presencial
12	05/11/2026	Júlia Ximenes	Enajus
13	12/11/2026	Júlia Ximenes	Online
14	19/11/2026	Júlia Ximenes	Online
15	26/11/2026	Júlia Ximenes	Online
-	03/12/2026	reserva para eventual reposição	aguardar

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E SEQUÊNCIA DE ATIVIDADES

AULA 1.

Estado, Governo e Administração: aproximações e interações com a categoria políticas públicas.

BAPTISTA, Patrícia Ferreira; MENDONÇA, José Vicente Santos de. Dogmática jurídica e interdisciplinaridade: caminhos para um diálogo útil. *Revista Quaestio Iuris*, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 2296–2310, 2022. DOI: 10.12957/rqi.2022.71985. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/71985>. Acesso em: 17 ago. 2026.

Discentes com nome iniciando em A-G

DE MENDONÇA, José Vicente Santos. A verdadeira mudança de paradigmas do direito administrativo brasileiro: do estilo tradicional ao novo estilo. *Revista de Direito Administrativo*, [S. l.], v. 265, p. 179–198, 2014. DOI: 10.12660/rda.v265.2014.18916. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/18916>. Acesso em: 16 ago. 2026.

Discentes com nome iniciando em H-O

FARIA, Luzardo. O espaço da política na dogmática do Direito Administrativo. *Sequência Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 46, n. 100, p. 1–39, 2025. DOI: 10.5007/2177-7055.2025.e109735. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/109735>. Acesso em: 17 ago. 2026.

Discentes com nome iniciando em P-Z

NASCIMENTO NETO, José Osório do. Direito Administrativo em transformação: mutações do conhecimento jurídico no estado das políticas públicas. *Revista Jurídica Direito & Realidade*, v. 15, p. 136-148, 2026.

Todos/as



AULA 2.

Modelos de gestão pública e histórico das transformações da administração pública brasileira.

VIOLIN, Tarso Cabral. Da Administração Pública patrimonialista à Administração Pública gerencial e a burocracia. **A&C — Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, v. 7, n. 30, p. 225-247, 2007. DOI: <https://doi.org/10.21056/aec.v7i30.646>.

FAGANELLO, Cláucia Piccoli; DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. História contemporânea da administração pública brasileira contada pelas reformas administrativas de caráter gerencial: um balanço dos últimos 25 anos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 9, n. 2, p. 196–217, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v9i2p196-217>.

Leitura complementar sugerida

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/documents/mare/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em 17 ago. 2026.

AULA 3.

Normatividade legal e regulatória em políticas públicas. Pesquisando empiricamente a Administração Pública na perspectiva das políticas públicas.

XI Encontro de Pesquisas em Direito e Políticas Públicas, em Natal, evento com transmissão online, vide programação e procedimento de inscrição. A participação como ouvinte é obrigatória.

AULA 4.

O Direito Administrativo contemporâneo e as políticas públicas

Discentes com nome iniciando em A-G

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. O Direito Administrativo em tempos difíceis. **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte - RPGMBH**, Belo Horizonte, ano 9, n. 16, p. 185-192, jan./jun. 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1aE_SXJ_ay5vW_UgbFOWG70sdAy3_-KIJ/view?usp=sharing.

Discentes com nome iniciando em H-O

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. O Direito Administrativo pós-moderno. In: MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **O Direito Administrativo no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018, p. 185-223. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1j2qNc7HRyAHQGzT9hpO950rRMgSt-8aq/view?usp=sharing>.

Discentes com nome iniciando em P-Z

COUTINHO, Diogo R. O direito nas políticas públicas. In: MARQUES, Eduardo; PIMENTA DE FARIA, Carlos Aurélio (Orgs.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, p. 181-200. Disponível em:



https://drive.google.com/file/d/1vXooGtbXxLH04f9U_nf96uV0DWF58GgZ/view?usp=sharing.

AULA 5.

Escolhas administrativas e a LINDB: motivação consequencialista, responsabilização de agente público e controle externo

Discentes com nome iniciando em A-G

JUSTEN FILHO, Marçal. Art. 20 da LINDB — Dever de transparência, concretude e proporcionalidade nas decisões públicas. **Revista de Direito Administrativo**, Edição Especial — Direito Público na LINDB (Lei nº 13.655/2018), Rio de Janeiro, 2018, p. 13-41. DOI: <https://doi.org/10.12660/rda.v0.2018.77648>.

Discentes com nome iniciando em H-Z

BINENBOJM, Gustavo; CYRINO, André. O Art. 28 da LINDB — A cláusula geral do erro administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, Edição Especial — Direito Público na LINDB (Lei nº 13.655/2018), Rio de Janeiro, 2018, p. 203-224. DOI: <https://doi.org/10.12660/rda.v0.2018.77655>.

Todos/as

OBSERVATÓRIO DO TCU (FGV Direito SP / Sociedade Brasileira de Direito Público). **Aplicação dos novos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União: Relatório de Pesquisa**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2022-03/relatorio-de-pesquisa_observatorio-do-tcu_aplicacao-dos-novos-dispositivos-da-lindb-pelo-tcu.pdf. Acesso em 17 ago. 2026.*

*Serão lidas apenas algumas partes deste relatório, conforme divisão a ser feita em sala de aula com a professora no dia 27 ago. 2026.

AULA 6.

Federalismo, descentralização e governança multinível em políticas públicas

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. **Parcerias na Administração Pública**. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/parcerias-na-adm-publica.pdf>. Acesso em 17 ago. 2026.

LOTTA, Gabriela Spanghero; VAZ, José Carlos. Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no Brasil. **Revista do Serviço Público — RSP**, v. 66, n. 2, p. 171-194, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v66i2.409>.

Leitura complementar sugerida

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: CARDOSO JUNIOR, José Celso; BERCOVICI, Gilberto (orgs.). **Estado, instituições e democracia: república**. Livro 10, v. 1. Brasília: IPEA, 2013, cap. 5, p. 129-163. Disponível em:



<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/cafe4c84-88b4-4ce0-b48c-6772ce4555c8/content>. Acesso em 17 ago. 2026.

AULA 7.

Governança pública: accountability, transparência e democratização.

BRELÂZ, Gabriela de; DIAS, Thiago Ferreira; REINECKE, Luiz Filipe Goldfeder; NASCIMENTO, Alex Bruno F. M. do; RODRIGUES, Diana Cruz. Governo Aberto: Caminhos para transparência, dados abertos, participação, colaboração e accountability. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 30, p. e92960, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.92960. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92960>. Acesso em: 17 ago. 2026.

CAVALCANTE, P.; PIRES, R. Governança pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 19, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/6b91369b-cd08-4bbc-821a-f2fb7636a18a>>. Acesso em: 17 ago. 2026.

FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes; FERNANDES, Ivan Filipe; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Transparência dos governos subnacionais: o impacto da desigualdade na transparência. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 6, p. e2023-0025, 2023. DOI: 10.1590/0034-761220230025. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/90406>. Acesso em: 17 ago. 2026.

ILVA, Thalita da Costa e; MOTTA, Fabrício Macedo. Accountability na governança pública brasileira: diagnóstico do estado da arte do instituto e diálogos com o direito fundamental à boa administração. *Revista Direito UFMS*, Campo Grande, edição especial, 2022. DOI: 10.21671/rdufms.v1i1.18874. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/18874>>. Acesso em: 17 ago. 2026.

AULA 8.

Institutos de Direito Administrativo atravessados por políticas públicas: contratações públicas e consensualidade

CARVALHO, Luciani Coimbra de; SANTOS, Artur Zanelatto. Da Lei nº 8.666/1993 à Lei nº 14.133/2021: o desenvolvimento nacional sustentável sob a ótica da modernização do Estado, da complexificação do contrato administrativo e das políticas públicas transversais. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 29, n. 11, p. 16-39, mai./ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2021.v29i11.7530>.

BITENCOURT NETO, Eurico. Administração Pública Concertada. In: GOMES, Carla Amado; NEVES, Ana Fernanda; BITENCOURT NETO, Eurico (Org.). **A prevenção da corrupção e outros desafios à boa governação da Administração Pública**. Lisboa: ICJP/CIDP, 2018, v. 1, p. 10-44. Disponível em: https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_corrupcao_icjp_3_2018_fct.pd. Acesso em 17 ago. 2026.



AULA 9.

Governança pública: experiências, fundamentos teóricos e jurídico-normativos

BONIFÁCIO, Robert; MOTTA, Fabrício Macedo. Monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil: abordagem conceitual e trajetória de desenvolvimento jurídico e institucional. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 340-371, maio/ago. 2021. Disponível em: <
<https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/28653/25420>>. doi:
10.7213/rev.dir.econ.soc.v12i3.28653.

GIRARDI, J.; TORRES, R. A Operacionalização da política de governança na Administração Pública federal. *Revista Ciência em Evidência*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. e0230013, 2024. DOI: 10.47734/rce.v4i2.2525. Disponível em:
<https://ojs.ifsp.edu.br/cienciaevidencia/article/view/2525>. Acesso em: 17 ago. 2026.

MOUREAU, Luiz Claudio de Camargo Guerrero; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Governança de organizações públicas para quê e para quem? Um estudo quantitativo crítico e de inspiração decolonial. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 75, n. 4, p. 673–695, 2024. DOI: 10.21874/rsp.v75i4.10422. Disponível em:
<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/10422>. Disponível em: Acesso em: 17 ago. 2026.

AULA 10.

Planejamento e escolhas públicas

HALPERN, C., LASCOUMES, P., GALÉS, P. As abordagens a partir dos instrumentos da ação pública. In: OLIVEIRA, O.; HASSENTEUFEL, P. (org) **Sociologia política da ação pública: Teorias, abordagens e conceitos**. Brasília: ENAP, 2021, pp. 31-55.

AULA 11.

Instrumentos de Direito financeiro e análises de impacto (regulatório e legislativo)

NONATO PEREIRA DINIZ, Raimundo; MOTTA, Fabrício. A perspectiva da execução fiscal como instrumento de política pública. *Revista de Direito Administrativo*, [S. l.], v. 280, n. 1, p. 121–157, 2021. DOI: 10.12660/rda.v280.2021.83680. Disponível em:
<https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/83680>. Acesso em: 16 ago. 2026.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E PRAGMATISMO JURÍDICO: LEVANDO AS CONSEQUÊNCIAS REGULATÓRIAS A SÉRIO. *Revista do Direito Público*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 32–47, 2024. DOI: 10.5433/1980-511X.2024.v19.n1.40674. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/40674>. Acesso em: 16 ago. 2026.

SANO, Hironobu; FILHO, Mário Jorge França Montenegro. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. *Desenvolvimento em Questão*, v. 11, n. 22, p. 35–61, 20 fev.2013. Disponível em:



<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/186>>
. Acesso em: 16 ago. 2026.

SEIXAS, Luiz Felipe Monteiro; SACCARO JUNIOR, Nilo Luiz. Quem faz análise de impacto regulatório no Brasil? Uma avaliação da experiência federal. Brasília, DF: Ipea, jan. 2025. 38 p.: il. (Texto para Discussão, n. 3046). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/2892bd85-5aab-4c7b-ac27-98c573208862/content>>. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3046-port>

AULA 12.

Federalismo de cooperação, competências e capacidades institucionais

GOMIDE, Alexandre; MARENCO, André. Capacidades estatais: avanços e tendências. Brasília: ENAP, 2024.

AULA 13.

Capacidades institucionais

GOMIDE, A. de A.; PIRES, R. R. C. Arranjos de implementação e ativação de capacidades estatais para políticas públicas: uma abordagem analítica. Revista de Sociologia Política, v. 32, e022, 2024.

AULA 14.

Arranjos jurídicos colaborativos

XIMENES, J. M., PALMEIRA, D.; MACHADO, C. As ideias sobre capacidades estatais relacionais no PNE e no SNE In: II Congresso CONSEPLAN, 2026, Brasília. Planejamento e governança Federativa no Brasil. Brasília: CONSEPLAN, 2026, v.1, p.2524 – 2532.

AULA 15.

Experiências interfederativas e interorgânica.

SEGATTO, C. I.; OLIVEIRA, K. de; SILVA, A. L. N. da. Os limites do PNE (2014-2024) no regime de colaboração. Estudos em Avaliação Educacional, v. 35, e10549, 2024.

AVALIAÇÃO FINAL

PAPER: contendo conteúdo da disciplina. Enviar, até às 23h59 do dia 29 de dezembro de 2026, aos e-mails: neto.nascimento@ufg.br, alinesalles@uft.edu.br e juliamximenes@gmail.com. Valor: 7,0 (sete) pontos. Além do *paper*, a avaliação inclui uma análise da efetiva participação; da assiduidade; do compromisso com a leitura dos textos; e da qualidade das apresentações feitas em sala. Valor: 3,0 (três) pontos.

OBSERVAÇÕES

- os temas, textos e datas indicadas podem sofrer alterações que, se ocorrerem, serão comunicadas com antecedência pelo docente responsável pela disciplina.
- os professores se reservam a possibilidade de ajustes na programação e na própria avaliação, a depender do andamento dos trabalhos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS



c) faz parte das tarefas dos discentes a leitura de todos os textos obrigatórios indicados; os professores se reservam a prerrogativa de aferir leituras programadas, nas rotinas de aula, sem necessidade de agendamento prévio (uma vez já prevista a obrigação de leitura neste Plano).